

## 2 – Perfil dos ‘Perfis’ de jovens envolvidos com o tráfico de drogas

Otávio Cruz Neto  
Marcelo Rasga Moreira  
Luiz Fernando Mazzei Sucena

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CRUZ NETO, O., MOREIRA, MR., and SUCENA, LFM. Perfil dos ‘Perfis’ de jovens envolvidos com o tráfico de drogas. In: *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, pp. 83-122. ISBN: 978-85-7541-519-1. Available from: doi: [10.7476/9788575415191](https://doi.org/10.7476/9788575415191). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/ds48k/epub/cruz-9788575415191.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## 2

# *Perfil dos 'Perfis' de Jovens Envolvidos com o Tráfico de Drogas*

**A**bordadas as raízes históricas do envolvimento de jovens com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, este capítulo procura aprofundar o processo reflexivo por intermédio da elaboração de um perfil voltado diretamente para os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção.

A opção por elaborar esse perfil parecia, desde seu momento germinal, um dos rumos naturais de nosso estudo. Afinal, após um ano trabalhando diretamente com eles, havíamos tido a oportunidade de conviver mais de perto, (re)conhecendo a trajetória de suas vidas e realizando uma longa série de entrevistas que fervilhavam em densa e complexa coletânea de depoimentos, dados e informações essenciais para uma melhor compreensão de suas concepções de mundo, atitudes e aspirações.

Corroborando – e até mesmo incentivando – tal iniciativa, o objetivo que metodológica e cientificamente permearia essa caracterização foi investido de um caráter tão nobre quanto pretensiosamente propositivo: fornecer subsídios para que os responsáveis pela elaboração, implantação e implementação das políticas públicas, em especial as voltadas para o segmento infante-juvenil, pudessem adequá-las ao real interesse e às verdadeiras demandas de seus destinatários.

À medida que consolidávamos a proposta, aprimorando sua argumentação e delineando a forma pela qual ela viria a materializar-se, os problemas públicos enfrentados pela população carioca continuavam a agravar-se, interferindo de forma cada vez mais negativa em sua já depauperada qualidade de vida. Do ponto de vista da segurança pública, que em hipótese alguma deve ser decantada dos problemas socioestruturais, o incremento da atividade delinqüencial cometida por jovens, sobretudo seu envolvimento com o tráfico de drogas, cristalizou-se como uma das principais preocupações da sociedade e, por conseguinte, um dos assuntos mais ‘pautados’ pela mídia que, pelo menos em sua vertente escrita, passou a demonstrar veemência até então inaudita.

Tradicionalmente ancoradas nos ‘cadernos policiais’, as reportagens sobre o tema transbordaram de seu espaço habitual, sendo içadas aos suplementos de ‘cotidiano’, ‘cidade’ e ‘comportamento’, aportando espalhafatosamente em ‘editoriais’ e nas letras garrafais das manchetes dominicais. A constância, formato e argumentação com que são apresentadas refletem, em demasiada proporção, uma atitude instantânea e reativa, que, se tem o mérito de refletir a justa preocupação dos cidadãos, muitas vezes tende a extrapolá-la, aproximando-a de um sufocante estado de mal-estar e temor, o qual, em repetidas situações, funciona como pseudojustificativa para a propositura de medidas coercitivas e repressivas.

Considerável parcela dessas matérias, inclusive as que laconicamente registram os índices de mortos e feridos, torna-se notória pelo denodo com que procura apresentar – descritiva, intuitiva ou indutivamente – determinadas características dos jovens que as protagonizam. Publicadas diária e seqüencialmente, acabam, mesmo que indiretamente, produzindo um certo tipo de perfil: idade; cor; sexo; local de moradia; quanto ganham no tráfico; qual função ocupam; quais as armas que utilizam; o que já fizeram no tráfico; se já mataram alguém... Os aspectos mais complexos, intrincados e delicados de suas curtas e conturbadas vidas, os quais muitos deles não conseguem entender perfeitamente e até mesmo não sabem por que o fazem, são devassados e superficialmente expostos aos leitores.

Compromissados com o reduzido espaço e a necessidade de vender exemplares, proprietários, editores e repórteres concordam e acham plausível expressar aquelas que julgam ser as principais características dos jovens em uma página com alguns gráficos, ou mesmo conformá-las em um *box*, quase sempre amparados por estatísticas oficiais, contra-argumento utilizado para ‘validar’ as informações veiculadas e defender-se das críticas que se referem ao fato de que os responsáveis por ela raramente são estudiosos do tema.

Inspiradas por situações concretas – mas nem por isso melhor compreendidas – do cotidiano carioca, as características realçadas são facilmente identificáveis nas ruas da metrópole, especialmente quando ilustradas por fotos, tradicional semiótica jornalística que pretende conferir à imagem estática o ‘dom’ da confirmação universal da informação. Para o cidadão-leitor, que, já bastante apreensivo, convive diariamente com pessoas que se vestem daquele modo, agem de acordo com os trejeitos e comportamentos ressaltados e possuem o mesmo biotipo e etnia, a associação muitas vezes é mecânica e inevitável, constituindo-se um raciocínio cíclico que pode induzi-lo a compor um ‘tipo ideal’ de infrator: sexo masculino, adolescente, negro/mulato, pobre, favelado, displicentemente vestido, não quer trabalhar nem estudar, família ‘desestruturada’, viciado, disposto a roubar e matar para comprar droga.

Tal procedimento, apesar de reprovável, não chega a ser exatamente surpreendente. A vinculação estereotípica entre o ato infracional e o cidadão que, por algum motivo, age ou encontra-se à margem dos padrões sociopolíticos hegemônicos, foi histórica e secularmente construída, tendo sido capitaneada pelas relações escravocratas – das quais certos resquícios ainda acometem a sociedade – e acirradas pelo capitalismo periférico brasileiro, cujos desmandos foram decisivos para introduzi-la no senso comum.

A (o)pressão dos costumes torna-se tão abrangente que, mesmo para os que desejam superá-la, constitui tarefa de difícil monta escapar ao estereótipo. Nesse sentido, é sintomático perceber que aqueles que afirmam não ter preconceito sentem-se compelidos a ratificar sua posição toda vez que dialogam e interagem publicamente sobre assuntos a ele recorrentes, pontificando que não desposa tal ponto de vista. Negando-o de forma tão radical, procuram caminhar para sua eliminação, mas muitas vezes não percebem que a pura reprovação a um determinado comportamento, apesar de valorosa, funciona também como forma de confirmação de quanto ele está arraigado naquela sociedade.

Justamente por isso faz-se imprescindível ressaltar que a postura crítica adotada e expressa neste livro por mais acirrada que seja, não se arvora, em momento algum, a intenção de ‘satanizar’ o jornalismo praticado no Rio de Janeiro, atribuindo-lhe maniqueísta culpa pelas mazelas que noticia.

A proposta de análise que se pretende adotar não circula pela contraposição de uma ‘prática ruim’ – a do jornalismo – a outra ‘supostamente boa’ – a das ciências sociais. É preciso desmistificar ilusórias fronteiras e argumentos que postulem permanente secessão. As críticas possuem o intento principal de realçar

a avassaladora complexidade do processo de produção e disseminação de informações, atividade considerada por todos aqueles que se dedicam a estudar e discutir os rumos das sociedades contemporâneas como de vital importância para o aprimoramento e desenvolvimento de um sistema democrático mais inclusivo e universalizante.

Essa prevalência alça os veículos de *mass media* a posições primordiais e privilegiadas, o que, se por um lado, torna-os cada vez mais próximos e consumidos pela população, por outro, enlaça-os mais intimamente a interesses sociopolítico-econômicos, que, quando expressos, podem não ser fortes o suficiente para formar opiniões, mas são claramente capazes de influenciá-las. Qual de nós nunca se flagrou, mesmo que envergonhadamente, preocupado com a proximidade de alguém com aquelas características, sentiu-se estranhamente incomodado com a algazarra que fazem nos ônibus ou mesmo assustou-se com suas jocosas correrias na praia?

Apesar de convencidos da imprescindibilidade de construir o tal perfil, passamos a questionar seriamente seu significado e suas possíveis repercussões quando, solapando esperanças e expectativas, sobreveio um episódio que pode ser tachado de um verdadeiro ‘tiro pela culatra’. No terço final do processo de avaliação do Sistema Aplicado de Proteção, os resultados preliminares já indicavam aspectos bastantes positivos, o que levou a equipe de avaliação a ceder às investidas do *Jornal do Brasil*, aceitando participar de uma matéria que divulgasse o Programa e mostrasse, acima de tudo, que aqueles jovens poderiam vir a ocupar um lugar digno na sociedade. Tentamos, como se diz no jargão jornalístico, ‘emplacar’ um título com a seguinte idéia: “Estado do Rio de Janeiro tem Programa para Retirar Adolescentes do Tráfico de Drogas”. O editor fez publicar:

#### “RETRATOS DOS SOLDADOS DAS DROGAS”

GRUPO DE MENORES ATENDIDOS NO SAP FORNECE UM PERFIL DETALHADO DA VIDA NA CRIMINALIDADE

Era madrugada. Embaixo do travesseiro, colado às mãos, nervosas, um revólver calibre 38 dava a garantia de mais uma noite. Qualquer ruído do lado de fora da casa fazia o coração disparar. De repente alguém tenta entrar pela janela. O medo faz W, 18 anos, disparar contra o invasor... por sorte não matou o próprio irmão: “Trabalhei nisso desde os 12 anos. No começo é o máximo, tem de tudo. Você é o máximo na favela. Todo mundo te respeita... se alguém se mete a besta, fala alguma gracinha, ninguém tem pena, apaga mesmo.” (*Jornal do Brasil*, 21/11/99 p.14)

Havíamos presenciado a ocasião em que o jovem conversara com o jornalista: um momento fortuito, que durou no máximo vinte minutos, durante uma reunião de trabalho da qual participaram técnicos, avaliadores, familiares e jovens. No jornal dominical, aquele contato parece ter assumido nova dinâmica. A foto, publicada no centro da primeira página, era modelar, apresentando jovens negros e mulatos postados em uma janela larga, olhando para a Baía de Guanabara, como se expressassem um sentimento de desalento. Na transcrição para a matéria, a fala ganhou um ar *hitchcockiano* com o qual o jornalista pretendia ‘criar um clima’ que envolvesse o leitor. O fato em si não bastava, a vida real precisava ser maquiada, receber um toque novelesco para, sob os holofotes da mídia, tornar-se atrativa e despertar sentimentos. Quais?

Mas, realmente intrigante, é que não houve a menor preocupação em tentar compreender como havia sido construído o discurso adotado por *W*, se ele refletia o seu estado de espírito momentâneo ou alguma indignação, se ele queria impressionar, demonstrar poder, arrependimento... ou mesmo se era verdade.

Entabular uma rápida conversa com um jovem que vivencia grave situação de risco pessoal e social, anotar sua fala e publicá-la sem que se procure investigar a trajetória de sua vida (ou mesmo conhecer os fatos que o levaram a estar presente naquele momento vexatório), é pressupor que se pode aplicar a todas as pessoas e situações a mesma lógica que preside entrevistas com políticos e personalidades que, por saberem que uma simples declaração pode transformar-se em ‘furo de reportagem’, rendendo-lhe importantes dividendos, muitas vezes fazem afirmações espetaculares para aproveitarem-se de sua repercussão.

Faz-se imprescindível questionar: Em que as 94 palavras publicadas contribuíram para que o leitor pudesse compreender melhor a vida de *W*? Quais as contribuições que a leitura do texto pode trazer para esta vida e a de outros jovens que enfrentam problemas semelhantes? Sem ousar intervir e desqualificar a metodologia do trabalho jornalístico (mesmo porque essas críticas podem ser dirigidas também a antropólogos, sociólogos, psicólogos...), torna-se forçoso inferir a necessidade de introduzir na discussão pressupostos que salvaguardem não apenas os direitos do cidadão entrevistado, mas também daqueles que possam vir a ser atingidos e estigmatizados pelo referencial esboçado na entrevista.

Para isso é preciso, pelo menos, que haja uma reflexão crítica e sistemática sobre “de que maneira tanto o investigador quanto os sujeitos de sua pesquisa intervêm no processo de conhecimento, ‘construindo’ a realidade” (Zaluar, 1980). Essa preocupação deve estar sempre presente em trabalhos que,

independentemente de vinculação jornalística, etnográfica ou sociológica, tenham como objeto e objetivo o estudo do ser humano e de suas relações sociais. É certo que suas respostas nunca redundarão em um jogo de soma zero, nem em assertivas e negativas, mas sim em variadas e intrincadas possibilidades de abordagem, cuja confrontação se faz absolutamente necessária.

O depoimento de uma assistente social que trabalhou no Sistema Aplicado de Proteção contribui para uma visão mais aprofundada do problema:

*“O melhor atendimento que eu faço é quando eu pego eles lá fora, que eles estão na turma conversando, eles estão no assunto, ou procurando entrar. Pelo menos procuro entender um pouquinho deles. Ali eu já consigo arrumar uma brecha para poder trazer eles para o atendimento, dar continuidade àquele assunto. Daquele assunto eu chego a outro assunto... porque são meninos que você tem que estabelecer também aquela relação de confiança, se não eles não dizem nada para você. E se não estiver estabelecido uma relação de confiança, como é que você vai trabalhar com ele, vai entender aquele menino? Mas até ele chegar perto de você e dizer assim: “olha, vou falar uma coisa para a senhora, não é ‘caô’ não. Eu espero que a senhora não fale nada para a minha mãe.”... sabe! Então eles chegam aqui e choram, mas no dia seguinte: “Tia, homem do movimento não chora. Menino que é do movimento, do tráfico, não chora não! Não sei nem porque eu estou chorando diante da senhora.” Como é diferente trabalhar com esses meninos! Há resistência... eles pensam que você não sabe nada e ele sabe tudo. Eles se fecham.”*

Poucos dias após a referida matéria, o jornal ‘brindava’ o leitor com uma reportagem intitulada “Andando nas Nuvens”, na qual exaltava a meteórica e ascendente trajetória de uma jovem branca, cabelos lisos e bem tratados ao estilo *coco-chanel*, fotografada junto a caríssimos objetos de decoração e descrita da seguinte maneira: “C. é uma garota de fino trato. Anda sempre vestida com as melhores marcas do Brasil e do exterior, é fluente em cinco idiomas e dona, aos 21 anos, de duas lojas de calçados tão finos como ela e a clientela que desfila suas criações. Sucesso”.

Dois perfis tão díspares não apenas pela dissemelhança da vida de seus protagonistas, mas também pela maneira com que foram elaborados. Apesar disso, é verossímil admitir que em ambas as situações o jornal cumpriu sua “missão”: transmitir informações. Abriu-se espaço para que o leitor soubesse, mesmo que obliquamente, da existência de um projeto piloto trabalhando a reinserção social de jovens que se haviam envolvido com o tráfico de drogas. A questão principal é que para fazer isso a linha editorial optou, propositadamente, por um texto que demarca, seja de forma direta ou subliminar, determinados pontos-chave para lastrear as matérias. No caso deles, todos eram negativos,

procedimento inversamente proporcional ao da jovem, cujo texto era *glamouroso* do princípio ao fim.

Certamente não poderíamos repetir esse expediente, pois estaríamos cometendo uma brutal injustiça com os jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção, que, durante um ano, lutaram, com todos os meios e maneiras de que dispunham, para provar que não merecem ser alvos de juízos de valor que denigrem seu caráter e cada vez mais espraíam-se pela sociedade. Ademais, a repercussão que porventura causasse um trabalho assim delineado, por menor que fosse, traria consigo uma carga negativa, reforçando estigmas e em nada contribuindo para a superação dos problemas públicos.

Ante essa encruzilhada, as escolhas que surgiam impunham-nos a trilhar caminhos diferentes que, por ainda não estarem suficientemente mapeados e plenamente abertos a novas bifurcações, poderiam, ironicamente, estar pavimentados por imobilizante novidade ou mesmo por um inconsciente – mas preconcebido – pedantismo.

Nas curvas desse percurso, enquanto procurávamos desviar, ou ser abalado o menos possível pelos obstáculos, tivemos certa dificuldade em perceber que, na elaboração desse perfil, o prazer intelectual, que tanto nos move, deveria submeter-se à preocupação com o presente, passado e futuro daqueles a quem pretendíamos retratar. Não bastava criar um belo capítulo com frases de efeito, dados tabulados e gráficos em terceira dimensão. Era preciso ir além e ampliar os limites da reflexão. Não concordar com o estabelecido. Irritar os que discordam por motivos escusos e defendem a pura e simples repressão. Provocar os que se indignam com as situações apresentadas a discuti-las e aprimorá-las.

Imbuídos desses intuitos, pretendemos deixar claras as discordâncias com a forma com que tais ‘perfis’ são elaborados, buscando na vida dos jovens, em suas falas e experiências, as respostas para as agressões. Ao contrário, propomos permitir que ‘ouvindo sua voz’ a sociedade entenda dimensões ainda desconhecidas do dia-a-dia de alguns de seus jovens integrantes, suas expectativas, prazeres, desventuras e decepções, pois somente dessa maneira é que se superam os julgamentos maniqueístas e passa-se à ação concreta.

Nesse empreendimento optamos por manter o ‘perfil’, tentando demonstrar que, para que ele seja alçado de suas definições etimológicas (‘descrição de uma pessoa em traços mais ou menos rápidos’) para uma categoria



de análise social, deve, obrigatoriamente, ser preenchido pela preocupação mais extrema com aqueles que tornar-se-ão seu público-alvo.

Resolutos, envidamos esforços para enfrentar as dificuldades e elaborar um perfil que atendesse aos preceitos éticos da beneficência, não maleficência, justiça e autonomia (Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde), assumindo para com os jovens os seguintes compromissos:

- retratar suas experiências de vida não para que elas pareçam exóticas ou tornem-se manchetes, mas para fornecer subsídios sociais para uma melhor compreensão de sua inserção no tráfico de drogas;
- demonstrar a influência da violência estrutural em sua trajetória de vida;
- contribuir para a construção de um quadro analítico que possa vir a orientar as políticas públicas voltadas para a infância e a juventude;
- procurar entender suas relações familiares, não para provar a 'desestruturação' desses laços, mas para tentar compreender como elas influenciaram em seu envolvimento com o tráfico de drogas e em que medida podem apoiar sua efetiva saída;
- conhecer suas experiências no tráfico de drogas para poder analisar melhor a estrutura dele, as motivações que os atraíram e que, em boa parte dos casos, os impedia de sair;
- levantar seus principais hábitos e costumes não para afirmar que eles são aculturados, mas para demonstrar que, se a sociedade não os motiva a participar de suas manifestações tradicionais, eles apropriam-se delas da maneira que podem, produzindo, de acordo com a estrutura social que conhecem, suas próprias identidades;
- resguardar a integridade física e moral não apenas dos que contribuíram para a elaboração do perfil, mas de todos aqueles que porventura venham a ser comparados com eles;
- evitar a empáfia e reconhecer os momentos em que não há dados suficientes para uma análise mais detida, ou que o arcabouço conceitual utilizado não consegue explicitar plenamente as relações sociais que estão em cena;
- incentivar a sociedade a superar intransigências e recriminações, reequacionando suas justas preocupações e empenhando-se para criar os canais necessários para que eles possam nela reinserir-se como protagonistas que são do processo histórico.

## Um Perfil de Vários Ângulos, Faces e Contornos: jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção

O leitor mais entusiasmado e ávido para ter acesso às características dos jovens pode ser seduzido a imaginar que transpostas as etapas pretensamente mais árduas da pesquisa – entrevistas, coleta e levantamento de dados –, a riqueza e o volume de informações concorreriam para tornar a elaboração do perfil um processo relativamente tranqüilo. Pensando assim, estará incorrendo em um engano plenamente aceitável, pois, de certa forma, também deixamos embalar por uma toada semelhante.

Não que imaginássemos ser fácil entender, comparar e analisar uma imensa quantidade de depoimentos e deles extrair ‘o perfil’. Nunca aderimos a tal proselitismo. Entretanto, achávamos que pelo menos a organização e a exposição dos dados seriam um processo mais linear, com menos sobressaltos e no qual as passagens iriam encaixando-se e amoldando-se à conformação do texto. Lógico que não foi!

Ora, se a idéia original era elaborar um perfil da vida daqueles jovens, os relatos obtidos seriam obrigatoriamente um microconjunto da realidade em que eles vivem e não um retrato instantâneo tirado no momento da entrevista! Isto significa que, assim como a vida de qualquer ser humano desencadeia-se de forma múltipla e cumulativa, na qual os fatos e situações a todo momento tangenciam-se, sobrepõem-se, interagem e repelem-se, as falas dos jovens, por mais específicas que fossem, também guardariam tais características, imbricando os diversos e diferentes aspectos abordados.

Diante dessas contingências, optamos por estruturar didaticamente a apresentação e discussão das informações, recurso que se faz absolutamente necessário para evitar sua sobreposição, o que tornaria a leitura um fardo, suscitando aquela desagradável pergunta que às vezes fazemos: “mas de que é mesmo que eles estão falando agora?”

Para atingir essa meta, os dados foram trabalhados por intermédio de módulos que podem ser lidos isoladamente, ou sob a perspectiva do conjunto, e agrupam características específicas que variam de acordo com o grau de intervenção dos jovens sobre elas. Procedendo dessa forma, objetivou-se a viabilização de um trânsito mais harmônico e menos árduo por um roteiro que, ao ser escalonado, procura suscitar a análise das situações percorridas, enfatizando suas dimensões qualitativas sem que isso signifique deixar de lado os aspectos mensuráveis dessa realidade.

Assim, sob a rubrica Dados Pessoais, as primeiras características apresentadas dizem respeito a aspectos biológicos da vida dos jovens: idade, sexo e etnia. Não que elas possuam um grau de importância mais elevado que outras, ou porque sejam portadoras de uma pretensa neutralidade científica, mas porque sua determinação biogenética em nada dependeu da ação dos jovens, afirmando-se como um conjunto de códigos e informações apriorísticas que em muito tem influenciado suas vidas.

O movimento seguinte introduz o leitor ao tema das Condições de Moradia, que são analisadas por um viés ampliado, que abrange e relaciona informações sobre as residências em que os jovens vivem e o contexto social em que elas estão inseridas. Apesar de ser uma dimensão da realidade que enseja possibilidades de intervenção, tais ‘condições’ são sentidas por eles como exteriores a sua existência e ação. Acreditam que em pouco ou nada poderiam contribuir para mudá-las, e, em seus depoimentos, nota-se: a ausência de referências a movimentos organizacionais e reivindicatórios que possam catalisar suas reclamações em prol da melhoria da situação; e que o tráfico de drogas, em nenhum momento, é visto como uma instância capaz de suprir essa necessidade.

O terceiro módulo é dedicado à Educação e Trabalho. A despeito de já refletir posições específicas e o exercício de funções particularizadas, ilustra como o acesso à escola e a permanência nela, assim como as oportunidades de trabalho, são brutalmente reduzidos para uma determinada parcela da população, demonstrando que o esforço dos jovens, para prosseguir em seu estudo ou conseguir uma atividade laboral digna, foi-lhes de pouca valia, uma vez que a consecução desses objetivos está, em larga medida, influenciada por um contexto sociopolítico do qual eles sequer sabem como participar.

Logo após, descortina-se um rol de relações extremamente complexas, delicadas, melindrosas e por isso mesmo de difícil análise, agrupadas sob o título de Convivência Familiar. Esse pode ser considerado como o primeiro momento em que os jovens passam a reconhecer-se como protagonistas de uma realidade, que, mesmo assim, é ainda bastante influenciada pelas tradicionais mediações maternas e paternas, cuja abrangência e amplitude variam desde o mais puro amor até os conflitos ostensivos e violentos.

O módulo Lazer e Cultura conclui o capítulo, abrindo espaço para situações em que os jovens finalmente começam a expressar visões nas quais pressentem sua autonomia e em que suas ações são realmente capazes de criar oportunidades para que consigam o que desejam, sem recorrerem a outras instâncias ou pessoas.

## Dados Pessoais

Por se tratar de uma proposta elaborada e implementada pelo Poder Executivo Estadual e ter como público-alvo jovens cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e semiliberdade, o Sistema Aplicado de Proteção reproduz a demarcação etária adotada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que os circunscreve à faixa entre os 12 e 18 anos, ressalvando que, em determinadas situações, o atendimento a eles prestado pode ser prorrogado até os 21 anos de idade.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição por sexo e faixas etárias de 88 integrantes do Sistema Aplicado de Proteção (representando 93,61% dos 94 jovens que o freqüentaram) e que, daqui para a frente, constituir-se-ão no universo deste ‘perfil’. Tomando-se por base seus dados, pode-se perceber que a faixa compreendida entre os 16 e os 18 anos é a mais concorrida, contando com cerca de 84% do total, sendo a idade mais recorrente a de 18 anos, na qual se incluem 38,63% dos jovens.

Tabela 1 – Distribuição por idade e sexo dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

IDADE	SEXO		Total
	FEMININO	MASCULINO	
14 anos	–	3	3
15 anos	1	1	2
16 anos	3	16	19
17 anos	2	19	21
18 anos	1	33	34
19 anos	2	7	9
Total	9	79	88

Fonte: Equipe de Pesquisa ENSP/FIOCRUZ – Sistema Aplicado de Proteção. Rio de Janeiro, 1999.

Adotando-se uma perspectiva de gênero, constata-se a acentuada predominância masculina, totalizando cerca de 90% dos jovens. Essa distribuição brutalmente desigual parece corroborar levantamentos oficiais (2ª Vara da Infância e Juventude – Comarca da Capital, 1997 e 1998; DPCA, 1999) que mostram que, embora tenha aumentado sensivelmente nos últimos cinco anos, a participação de jovens do sexo feminino no tráfico de drogas faz-se ainda de forma menos freqüente, geralmente mediada pela influência de namorados e companheiros, cabendo a

elas o desempenho de tarefas que dinamizem as atividades principais, levadas a cabo, essencialmente, pelos representantes do sexo masculino.

O depoimento de uma das nove jovens participantes do Sistema Aplicado de Proteção ilustra a situação:

*“Pô, eu não entrei. Eu me relacionei com um cara, que tinha acabado de chegar no morro onde eu moro... Ele tinha trinta anos... Como eu era usuária de droga, eu sempre ia na boca e sempre ficava conversando com ele. Depois de uma semana, duas semanas, três semanas, aí a gente foi e saiu... eu fiquei um ano com ele, a gente morava junto... Ele pegou uma gerência muito alta, muito forte, ficou como gerente geral. Se o patrão morrer ele que ia ser o dono do morro. Aí nós ficamos junto. Ficamos junto e fomos até o final. Como ele era gerente, ele que guardava as coisas... e quem tomava conta era eu, né? Ele ficava a noite toda na rua, na pista, e eu ficava dentro de casa... naquela insegurança de um dia os homem pegar ele e eu ir junto também. Eu sempre tinha medo de rodar, de levar tiro, e de ser presa. Aconteceu, eu levei tiro e fui presa.”*

Inquirindo os jovens do sexo masculino, percebemos, numa primeira aproximação, a forte influência que as origens paternalistas e acentuadamente machistas da sociedade brasileira ainda hoje exercem sobre eles. Merece destaque o fato de reproduzirem um discurso que procura organizar as relações sociais, adotando uma argumentação que justifica a reduzida participação feminina no tráfico em virtude de sua frágil constituição biofenotípica e a um comportamento natural menos agressivo. Em conseqüência, elas não seriam capazes de envolver-se em atos ‘mais violentos’, que exigiriam características intrínsecas à ‘condição masculina’, tais como coragem, força física e tenacidade que eles sincretizam e qualificam na chamada ‘disposição’:

*“Tráfico é coisa pra homem! Tem que ter disposição!”; “Quando os homem pegar, dá um pau, aí tem que agüentar o pau... os caras não vão querer ter uma mulher seguindo a boca, né? E se os homens pegam ela, dá um pau nela, e ela entrega tudo?”*

Reificando de acordo com seus interesses e especificidades a mais rústica divisão sexual do trabalho, esse discurso é paradoxalmente assumido e veiculado por jovens que, em sua absoluta maioria, conheceram suas mães, tias, irmãs e vizinhas como as ‘chefes do domicílio’, trabalhando fora para prover o sustento da família e em casa para cuidar de seu bem-estar, o que em nada se assemelha à ideológica visão do sexo frágil, passivo e de postura vitimista.

Problematizando esta temática, Duque Arrazola (1997) afirma que:

o gênero é uma construção social, histórica, sobre os sexos. Pode-se inferir que o feminino e o masculino são construídos, interpretados e internalizados, portanto

personalizados, dependendo das características específicas da sociedade em que homens e mulheres vivem...

Transpondo-se sua definição para a realidade do tráfico de drogas, surge uma questão no mínimo inquietante: será que, ao subverter determinadas tradições e códigos jurídico-morais, mantendo, porém, a velha postura “androcêntrica de razão cartesiana” (Safiotti, 1997), o tráfico investiu no preconceito como uma maneira de barrar a participação do sexo feminino em sua estrutura direta? Pior: será que esta postura pode, de alguma forma, por mais canhestra que seja, ser considerada ‘positiva’ para as jovens, uma vez que restringe suas possibilidades de integrar essa atividade?

Retome-se a discussão do ponto de vista dos jovens, uma vez que eles incorporam, em suas atitudes e discursos, posturas machistas. Em nosso ver, elas devem ser interpretadas à luz de uma análise mais ampla da estrutura social na qual eles estão inseridos, em que pontifica seu envolvimento com o tráfico de drogas, que obviamente exacerba essas posições. Em si, elas não parecem ser muito diferentes das emitidas por outros grupos jovens que não possuem ligação com o tráfico, mas que, de alguma forma, arraigaram em seu senso comum uma clivagem sexual da sociedade.

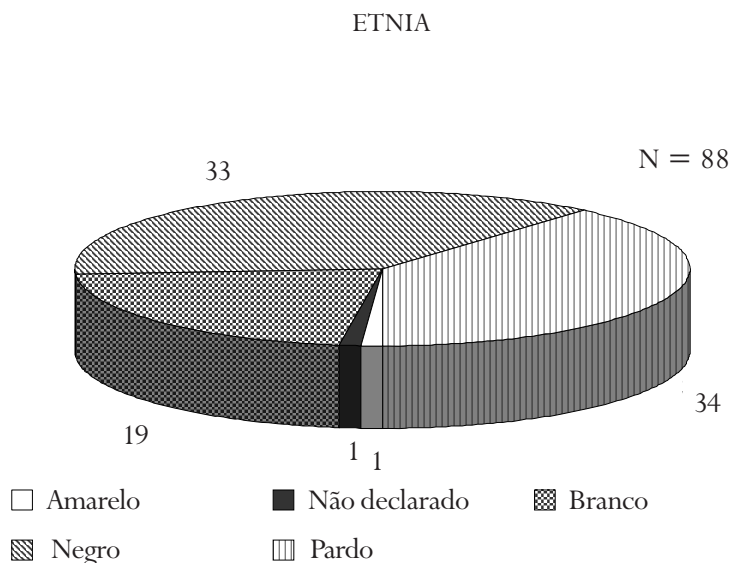
O eixo diferencial está assentado justamente nas condições de extremo risco ao qual estão submetidos os segmentos diretamente influenciados pelas relações de poder estabelecidas pelo tráfico. Subjacente àquele discurso apartador, os jovens do Sistema Aplicado de Proteção expressaram também uma sincera preocupação com o bem-estar feminino (mães, namoradas, parentes e colegas), porque sabem que se elas não correm o mesmo risco imediato que eles, não deixam de ser alvo constante do ataque de seus inimigos, da ‘banda podre’ da polícia, dos tiroteios e ‘balas perdidas’, além de todo o sofrimento que é ver um ente querido na criminalidade. As posturas machistas que revelam acabam sendo contrabalançadas pelo reconhecimento da árdua e perigosa realidade enfrentada pelo sexo oposto.

Entretanto, podemos indagar: se o tráfico de drogas mantiver a tendência de constante ampliação de seus índices de crescimento econômico e de procura por novos nichos de mercado, conseguirá promover um reordenamento das relações locais de poder, criando novas funções que venham a ser atraentes para as jovens?

Tão polêmicas quanto as relações de gênero, são as étnicas. O fato de a grande maioria dos jovens atendidos pelo Sistema Aplicado de Proteção ser de origem negra (Gráfico 5) e oriunda das classes mais pauperizadas, guarda intrínseca

relação com todo o processo de exclusão sociopolítica-econômica que a eles foi imposto pela elite dominante no decorrer da formação do Estado brasileiro.

Gráfico 5 – Distribuição por etnia dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação. DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

No entanto, apesar de referendarem as estatísticas oficiais sobre delinquência juvenil, nas quais predominam não brancos, esses dados são quase sempre interpretados de maneira mecanicista, criando uma bizarra e ideológica associação entre etnia, pobreza e criminalidade. Procurando desmistificar essas relações, deve-se levar em conta que:

- a quantidade de jovens pobres, negros e/ou mestiços que não cometem atos infracionais é avassaladoramente superior a dos que cometeram;
- se os jovens pobres, negros e/ou mestiços constituem parcela significativa dentre os infratores, eles também são os mais vitimados pela criminalidade, formando o contingente populacional mais importante na construção do perfil da morbi-mortalidade do estado e do País (Minayo & Souza, 1998);

- a subnotificação de atos infracionais cometidos por jovens das classes média e alta (que são compostas, em sua maioria, por indivíduos de cor branca), e, conseqüentemente, o reduzido número destes jovens sendo atendidos nos CRIAMS, estão relacionados com os ‘mecanismos de resolução’ aos quais eles têm acesso e que incluem desde a contratação de bons advogados, até práticas escusas como a corrupção de policiais e o tráfico de influência;
- conforme aponta Sucena (1999), as mesmas pessoas e instituições que veiculam posições maniqueístas e preconceituosas contra os mais pobres, procedem de formas totalmente diversas com relação aos jovens infratores oriundos das classes média e alta, considerando-os como pessoas em busca de diversão, que, “quando exageram”, devem receber todo apoio social, jurídico e médico necessários.

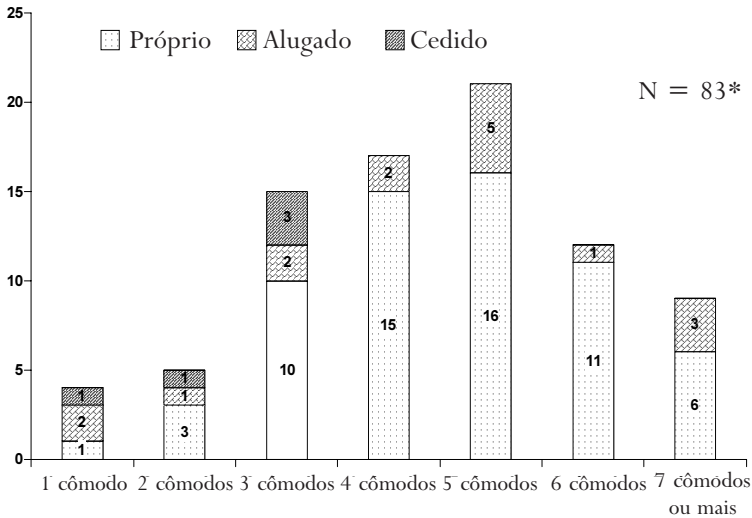
Concluindo este primeiro módulo, fica patente o quanto a vida dos jovens está peremptoriamente marcada por situações biogenéticas que em nada dependeram de sua vontade e que, em vez de serem consideradas pela sociedade como um patrimônio (sobretudo a diversidade étnica), ainda são, em pleno limiar do século XXI, criticadas e perseguidas. Inflige-se a eles um fardo que deve ser carregado e expiado ao longo de sua vida, obrigando-os, assim, como ao mitológico Atlas, a carregar em suas costas todo o ‘peso’ real e simbólico do mundo. O tráfico de drogas contribui para isso e ‘agradece’.

## Condições de Moradia

Neste tópico procura-se não apenas levantar as condições de habitabilidade do espaço físico onde os jovens moram, mas também conhecer suas opiniões sobre esse local e acerca da comunidade em que vivem. Inicialmente constata-se um dado bastante peculiar: todos residem em zonas urbanas, dos quais 67 (76,14%) em ‘casa’, 8 (9,09%) em ‘apartamento’, 7 (7,96%) em ‘barraco’, 3 (3,41%) em ‘outro’, 1 (1,14%) em ‘loja’, 2 (2,23%) em ‘abrigo do Projeto’ e em 3 casos (3,41%) houve o ‘preenchimento incorreto do instrumento’. No Gráfico 6 verifica-se que a maioria desses domicílios é ‘próprio’ (62% – 74,72%), sendo composta por 3 a 6 cômodos.



Gráfico 6 – Situação domiciliar / número de cômodos dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

\* Houve preenchimento incorreto em cinco instrumentos.

Num País em que o ‘sonho da casa própria’ é privilégio de poucos e pesadelo de muitos, salta logo aos olhos o fato de a grande maioria dos jovens afirmar residir em domicílios que pertencem a seus pais ou familiares. A reação quase instintiva que irrompe no leitor, principalmente aquele que vivencia(ou) e experimenta(ou) agruras para adquirir sua moradia, é de concluir que pelo menos neste aspecto os jovens possuem condições materiais de vida amplamente favoráveis. Ledo engano.

Se é correto afirmar que a maioria desses jovens não é oriunda dos estratos mais materialmente miseráveis da população, também o é que sua condições de vida em muito distanciam-se do razoavelmente aceitável. O leitor que fez aquela inferência deve procurar examinar a questão de maneira mais detida, começando por perscrutar sua própria definição de ‘casa própria’, provavelmente influenciada pelos padrões advindos da classe média e que, certamente, desvanecer-se-ia ao conhecer os locais em que os jovens residem e perceber a total dissemelhança.

Além disso, faz-se imprescindível ressaltar que, para eles, ‘ser proprietário’ significa, antes de tudo, a posse física da ‘casa’, situação que em grande parte dos casos não está vinculada à posse jurídica e aos trâmites legais como certidão negativa de débitos, promessa de compra e venda, hipoteca, habite-se, título de propriedade e escritura registrada em cartório.

No mesmo tom, é importante compreender que essas moradias referem-se, em geral, a habitações precárias, localizadas em bairros periféricos, morros e favelas com escassa rede de equipamentos urbanos que proporcionem suporte material e de serviços, problemática que se percebe nos relatos dos jovens:

*“Não gosto da rua sem asfalto. Muita poeira e a iluminação é muito fraca”; “Não gosto da guerra que está tendo lá e ninguém pode ficar na rua tranquilo”; “de madrugada tem um ônibus só”; “As ruas têm muito barro”; “Ruas pouco iluminadas”; “Não tem asfalto”; “É muito pouca movimentação. Lugar ruim, se tivesse mais gente... mas não tem ninguém”; “Não gosto da violência, é a única coisa que eu não gosto na favela é a violência mesmo”; “Miséria. Miséria é tudo. Falta d’água, fome...”*

Apesar disso, a grande maioria dos jovens demonstra gostar de suas casas, demarcando nitidamente em seu discurso o grau de importância que esse tipo de ‘propriedade’ exerce sobre suas vidas:

*“Pra mim tá bom. Se eu não tivesse aquela casa eu ia depender de parentes e na casa dos outros a gente tem que fazer o que os outros quer”; “Acho ruim morar na casa da minha tia. Gostaria de morar com minha mãe para ter mais liberdade, ouvir som, ligar a TV. Mas não gosto do meu padrasto”; “Acho bom em vista que estava andando na casa dos outros”; “Eu acho que é bom porque é minha casa, é lá que eu moro e eu sou feliz porque não preciso morar na casa de ninguém.”*

Muitos identificam suas casas como um local digno, de descanso e refúgio, explicitando a antinomia entre a “casa e a rua” (Da Matta, 1997), que extrapola as dimensões físicas do domicílio para açambarcar sentimentos e relacionamentos:

*“Acho legal. Não tenho nenhum remorso em morar lá não”; “Pô! Eu gosto da minha casa. Lá ninguém me aporrinha”; “É ótimo porque é sossegado. Ninguém perturba. É limpa, nós fazemos a limpeza”; “Ambiente bom, calmo, tranquilo...”; “Acho que a casa é um bom lugar para morar, mas a comunidade não. Está meio brabo de morar lá por causa do ritmo de guerra com os traficantes”; “Minha casa é um lugar de descanso e paz. Na rua não tem nada disso.”*

Essa anteposição é ainda mais realçada quando eles a cotejam com seu cotidiano no tráfico de drogas:

*“eu acordava de manhã e já ia para a boca... só ia para casa dormir... fiz alguns colegas que já morreram... mas amigos não... no tráfico não tem amigo... porque se você dá um mole ele vai querer te matar... não pode confiar nem na própria sombra”; “Ah! Pra mim não foi nada bom porque*

*tinha que dormir lá... dormir em cima de laje. De vez em quando tinha que ficar acordado vinte e quatro horas por dia... Perdi a amizade do meu pai, da minha mãe..."*

Tais ponderações não os impedem de evidenciar a consciência da precariedade de suas casas:

*"Legal. A minha casa não é casa de riqueza, mas tem comida, roupa que meu pai e minha mãe me dá..."; "Boa. Não falta nada pra mim. Não é aqueeela casa, mas dá pra levar"; "Acho uma casa boa, porém poderia ter mais eletrodoméstico e um quarto só pra mim com computador, TV, vídeo, som."; "Gosto da minha casa porque é o cantinho que eu tenho. Mas se eu tivesse outra casa melhor para morar eu ia"; "Eu gosto de morar nela, contudo é pequena demais"; "Me sinto bem nela. Só queria que fosse maior"; "Mais ou menos. Quem não queria uma casa melhor?"*

Embora as opiniões extremadas tenham sido quantitativamente menos expressivas, não deixou de haver choque entre elas: enquanto alguns consideram suas casas *"maravilhosas"*, outros (menos numerosos) as criticam, tachando-as de *"péssimas"*, ao passo que as reclamações mais específicas foram *"Muito quente, faz um calor danado"* e *"Não considero casa. Gostaria de ter conforto"*.

Com uma única exceção – *"Deus vai me dar muito mais um dia"* –, nenhum jovem expressou esperança de melhorar de vida, ou planos de mudar-se para outros locais. Vários mostravam-se resignados com a situação – *"É lá que eu moro. O que posso fazer?"* –, enquanto os poucos inconformados não foram além das críticas já citadas. Essa ausência de perspectivas é ainda mais preocupante que a precariedade das condições presentes, situação que pode ser sintetizada em um depoimento sofrido e entremeado pelo choro: *"Eu acho que minha casa é legal, porque agora ela é de tijolo e tem laje. Ela foi construída com o dinheiro sujo do tráfico"*.

Como analisar esse relato? Como proceder diante de sua dramaticidade e da necessidade premente de soluções? Que sentimentos rondam um jovem cujo 'teto de casa' foi construído com um dinheiro que ele próprio denomina de 'sujo'? Quantas vezes nós, cidadãos de classe média, já nos deparamos com situações similares, em que uma determinada demanda particular poderia ser resolvida mediante uma ação que não condizia com nossos padrões éticos? O que fizemos? Será que ela era tão vital quanto o teto de uma casa?

Muito mais do que receber comentários, esse depoimento precisa ser encarado como um grave alerta para a sociedade e, em especial, para o poder público: jovens como aquele que o proferiu nutrem cada vez menos expectativas de que a ação político-institucional possa melhorar suas condições de vida. Pelo contrário: diariamente acumulam experiências que aos poucos vão forjando o descrédito e a concepção de que a intervenção governamental só as pioram.

Em determinados aspectos, a questão domiciliar aqui trabalhada também reflete o impacto desse descrédito. Todos os jovens foram apreendidos e julgados, passando a cumprir medidas socioeducativas, transitando pelas instituições públicas do Sistema Socioeducativo: Instituto Padre Severino (IPS), Educandário Santos Dumont (ESD), Muniz Sodré, Escola Estadual João Luís Alves (EEJLA) e CRIAMS. Nesses locais, eles deveriam vivenciar um processo de ‘ressocialização’ no qual, de acordo com o artigo 124 do ECA, garantir-se-ia a eles “ser tratado com respeito e dignidade”:

*“A vida lá dentro (ESD) é de prisioneira”; “Todo mundo lá (IPS) é ruim. A porrada come... no Muniz é pior... me botaram numa cela que tinha lá”; “no Padre eles (os monitores) dava muito tapa na cara... agredia a gente moralmente com palavras... se a gente reclamasse era mais tapa na cara. Não podia fazer cara feia”; “No CRIAM não era a mesma coisa, mas pô, o CRIAM não ajudava em nada... os outros garotos só queria fumar maconha.”*

É ponto pacífico, tanto entre os estudiosos quanto entre os profissionais da área, que a institucionalização não substitui o lar e muito menos as relações familiares, devendo sempre ser a última opção do juiz. Côncios de tal situação, não tencionamos pura e simplesmente comparar a ‘estadia’ dos jovens no Sistema Socioeducativo com o período em que estão em suas casas. Entretanto, é inevitável indignar-se com os relatos e inferir que há uma real relação entre as humilhações que eles sofreram e o fato de relevarem as dificuldades e precariedades do local onde moram.

Não é nosso propósito reduzir o sentimento dos jovens em relação a suas casas à mera comparação entre as diferentes situações, antepondo Casa *versus* Tráfico *versus* Sistema Socioeducativo, sobretudo porque eles fazem nítidas menções a uma variedade de sensações, lembranças e experiências que interferem e influenciam suas posturas.

O que intentamos é aclarar certas situações, em especial as que envolvem o poder público (que na maioria das vezes são sufocadas) e mostrar o quanto elas são depreciativas. Se o contato entre ambos é traumático justamente num momento crítico da vida do jovem, quando deveriam imperar o bom senso, o apoio e a compreensão, o que ele pode esperar em outras situações não tão graves, mas nem por isso sem importância?

Não é de admirar que ao indagar-se-lhes sobre o que gostam nas comunidades em que vivem, apenas dois jovens tenham citado algum tipo de ação do poder público – “gosto do hospital” e “gosto do treinamento de guerra que a marinha faz” –, enquanto todos os outros apontaram suas relações com vizinhos e colegas:

*“Os colegas que eu tenho para jogar futebol”; “Gosto da vizinhança. As coroas gostam de mim e eu tenho muitas amizades com todos”; “Meu bairro é bom, tem festa, capoeira”; “rapaziada, as garotas e a vizinhança”; “Só gosto das mulheres. Tem muita mulher bonita”; “Tem um baile funk no barracão da Estácio”; “A Escola de Samba Unidos de Vila Isabel”; “Os pagodes da comunidade”; “Eu gosto muito de um cara que mora lá. Ele é tipo um pai para mim”; “gosto da padaria, porque o Jorge e a Cina atende todo mundo bem e à noite, no sobrado de cima, eles deixa fazer um culto e sai todo mundo feliz”; “lá na minha rua só tem cristão e está dando para eu fazer algumas amizades.”*

O poder público, seja por sua desastrosa atuação ou pela omissão, só sobressai quando eles revelam o que não gostam na comunidade:

*“Valão”; “Das ruas com barro”; “da pouca iluminação”; “tem que ter um telefone lá”; “De polícia. Só!”; “Quando a polícia invade o morro ao lado e dá tiros”; “Os polícia costumam agredir os adolescentes”; “Os polícia invade a casa dos outros e quando as pessoas estão de cabelo pintado acham que são marginais e sobem dando tiro”; “Dos policiais, dos presídios, do batalhão e do descaso social”; “do posto policial que tem lá no alto do morro, pois quando tem uma pessoa arrumada e com dinheiro os polícia batem porque acham que é do tráfico. Os verdadeiros traficantes eles não conseguem apanhar, só matam os inocentes.”*

As críticas dirigidas à polícia são contundentes e deveriam motivar o governo estadual a rever o comportamento de seus comandados, numa ação política ampla e intensa, que requer uma reestruturação profunda na forma como os funcionários públicos pagos para garantir a segurança da população encaram e tratam os cidadãos, em particular os de baixa renda. Seria de suma importância reaproximá-los e demonstrar, por meio de iniciativas concretas e duradouras, que a repressão ao tráfico de drogas não deve ser sinônimo de opressão social e nem instrumento de manutenção hegemônica das classes privilegiadas.

Permanecendo na apuração daquilo que os jovens não gostam em suas comunidades, constata-se que, além dos já mencionados problemas com o poder público, eles identificam como um dos principais pontos negativos as ‘fofocas’:

*“Têm muitas fofoqueiras”; “As fofocadas, as judaria que têm de vez em quando”; “dos vizinhos que tomam conta da minha vida. Vigiam até na hora em que eu estou tirando as minhas roupas. Não posso levar mulher para lá, porque um dia fiz a besteira de ter namorado a irmã do vizinho e ela já estava grávida e eles dizem que o filho é meu”; “Não gosto das fofocas daquelas mulheres velhas. É o que mais têm”; “Ah! Eles ficam falando da vida dos outros. Falam da vida da minha mãe”; “Tem muita gente que toma conta da vida dos outros. Apesar que em todo lugar tem gente assim, mas lá é demais.”*

Relatos como esses fazem parte do cotidiano de qualquer condomínio de classe média, muitas vezes sendo repetidos até mesmo de forma literal. Deixando

de lado a inconveniência daqueles que gostam de investigar a vida dos outros, o que mais revolta nas ‘focacas’ é o seu potencial de desrespeitar a privacidade e revelar fatos que deveriam ser ocultos ou de levantar ilações desairosas, que podem levantar sérios conflitos. No caso dos jovens, tal procedimento pode vir a delatar sua participação no tráfico, o que repercutiria muito mal em sua família, ou ainda, os intrigar com os próprios traficantes, o que poderia causar até mesmo sua morte.

## Educação e Trabalho

A prática de reunir, em um mesmo tópico, Educação e Trabalho, é permeada pela iniciativa de estabelecerem-se relações entre o grau de escolaridade dos jovens e as atividades laborais que eles, porventura, tenham exercido antes de serem apreendidos e ingressarem no Sistema Socioeducativo.

Ao proceder dessa maneira, envereda-se também por uma discussão crítica, que procura analisar Educação e Trabalho como processos históricos e socialmente construídos, aprofundando o senso comum que os reduz a uma condição terminológica na qual a simples alusão seria suficiente para explicitá-los ou até mesmo explicá-los de forma cabal. Longe de estar ligado à produção de filigranas sociológicas ou de aproximar-se de um certo tipo de populismo, esse movimento é impulsionado por declarações e posturas que há anos são repetidas, indistintamente, por profissionais do mercado, partidos políticos, ONGs e pelo próprio poder público: “um dos principais motivos para o trabalhador brasileiro estar desempregado é por não ter acesso à educação”.

Paradoxalmente, essa convergência de opiniões tem resultado em poucas e esparsas contribuições para a superação de um problema tão grave. Em verdade, o que ocorre é que a concordância estabelece-se apenas em uma dimensão superficial, incapaz de aglutinar esforços ou de apontar estratégias unificadoras, uma vez que subjacente à terminologia niveladora estruturam-se concepções de mundo absolutamente divergentes, que atribuem valores e signos diferentes e contraditórios tanto à Educação quanto ao Trabalho. O economista inglês Gary Becker (1997), vencedor do Prêmio Nobel de 1994 e cuja postura em muito influencia os técnicos brasileiros, produz um exemplo típico dessa situação:

Na economia moderna o fator mais relevante é o capital humano. Há evidências de que os países que mais crescem são aqueles que o promovem de maneira eficaz. A educação é um dos componentes mais importante do capital humano... As escolas tentarão encontrar formas de educação feitas sob medida para responder às necessidades daqueles que

provêm de estruturas da sociedade com menor grau de instrução... O grande desafio é dar aos alunos habilidades básicas, em termos de saber escrever razoavelmente bem, ter certo conhecimento de matemática e computação... a maneira de educá-los tem de ser diferente da maneira como se educam os filhos de médicos e advogados.

A primeira parte de sua argumentação parece ser lógica e provavelmente não desperta maiores protestos, pois seu objetivo é puramente descrever o empírico, sem analisá-lo. Todavia, quando ele discorre sobre como o problema deve ser tratado, dissolve as aparências e levanta contra si uma grande quantidade de opositores: “Qual o interesse da classe burguesa em que a classe trabalhadora tenha um ensino e educação nivelados pela qualidade?”, indaga Frigotto (1989), tornando patente que o nivelamento ocorre apenas em um estágio etimológico, cabendo às concepções de mundo que constroem seu arcabouço, o papel de desestabilizar o pretense equilíbrio. O paradoxo desfaz-se, levando consigo o consenso e minimizando as possibilidades de acordo.

O tráfego por contextos sociais tão amplamente complexos e sutis exige cuidado e expõe a necessidade de demarcar as concepções adotadas, ainda que este não seja o momento de aprofundá-las. Ética e legalmente, a Educação deve ser compreendida como direito fundamental do cidadão e, portanto, um dever do poder público, cuja não observância implica, de acordo com o ECA e a Constituição Federal, sanções políticas, administrativas e penais.

Constituindo-se realmente na principal fonte de ascensão profissional, a Educação não deve ser restringida a esse único papel. Transcendendo e extrapolando tais dimensões, ela incorpora como atributo magno o fomento de uma consciência crítica, universalizante e plural, por meio da qual os cidadãos poderão desmascarar os disfarces ideológicos, definir e analisar os problemas sociais que vivem e reivindicar seus anseios sem serem manipulados ou precisarem de intérpretes.

Voltemos nossa atenção para os 88 jovens, dentre os quais se constata que apenas 51 (57,95%) estudavam, sendo 43 na Rede Pública de Ensino (28 na Estadual e 15 na Municipal), 6 na Rede Particular e dois sem informação. No quadro a seguir, observa-se a Relação Idade-Série daqueles que estudavam, cotejando-a aos padrões preconizados pelo Ministério da Educação, preenchidos com a sigla ME.

Quadro 1 – Relação idade/série dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

IDADE	SÉRIE QUE OS ADOLESCENTES CURSAVAM*												
	1ª EF	2ª EF	3ª EF	4ª EF	5ª EF	6ª EF	7ª EF	8ª EF	1ª EM	2ª EM	3ª EM	4ª EMP ou ES	ES
14 anos	-	-	-	-	1	-	-	ME	-	-	-	-	-
15 anos	-	-	-	-	1	-	-	1	ME	-	-	-	-
16 anos	-	3	1	-	2	3	-	-	-	ME	-	-	-
17 anos	-	-	1	2	3	1	2	-	-	-	ME	-	-
18 anos	1	-	3	5	5	2	2	-	-	-	-	ME	ME
19 anos	2	1	-	-	2	-	1	1	-	-	-	-	ME

Fonte: Ministério da Educação, 1998.

Siglas: EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; EMP: Ensino Médio Profissionalizante; ES: Ensino Superior.

\* Dos 51 adolescentes que estudavam, 5 não informaram a série.

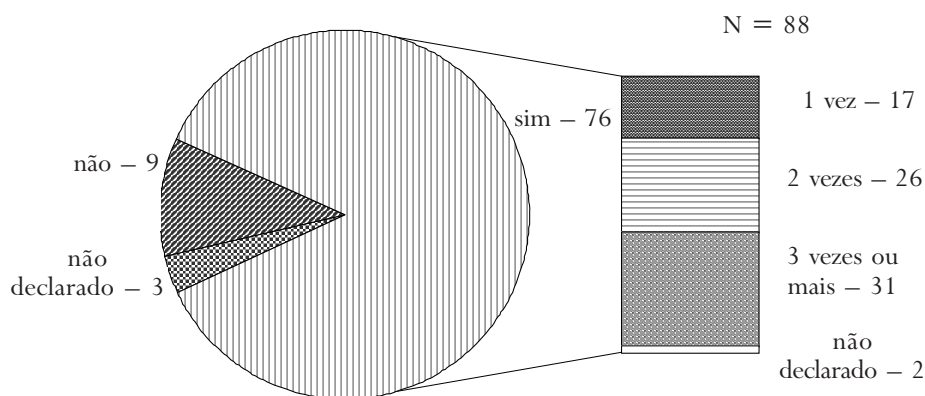


A conclusão é inexorável: nenhum jovem enquadra-se nos parâmetros estabelecidos pelo Ministério, e apenas um, aquele que, com 15 anos, cursava a 8ª série do EF, aproxima-se desse patamar. Os 45 restantes apresentam uma enorme defasagem na Relação Idade-Série, protagonizando um intervalo de estudos perdidos que varia de 3 a 12 anos!

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que a 5ª Série do Ensino Fundamental é a que concentra o maior número de alunos, 14 (30,43%), sendo também a única que conta com jovens de todas as idades. É interessante notar que, ao enfocarem-se os 31 que não estudavam, 11 (35,5%) haviam abandonado a escola justamente nessa série. Tais informações vão ao encontro dos estudos de Cruz Neto & Moreira (1998), que, ao diagnosticarem as condições de vida e atendimento a crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, demonstram que a 5ª série é um dos principais ‘pontos estranguladores’ da Rede Pública de Ensino, acumulando elevados índices de reprovação e de evasão escolar.

A Relação Idade-Série constitui-se, assim, um dos indicadores mais simples e sensíveis do campo da Educação, variando em razão direta da repetência e apontando importantes tendências de evasão escolar. Diante de um quadro tão acentuado de defasagem educacional, depreende-se que aqueles jovens foram seguidamente reprovados, tendo vivenciado uma seqüência de eventos negativos que são maniqueistamente rotulados de ‘fracasso escolar’: notas baixas, reclamações feitas pela escola aos pais, reprimendas de comportamento, castigos públicos, advertências escritas e períodos letivos de recuperação. Nos gráficos seguintes estão ilustrados os alarmantes índices de repetência dos 88 jovens, revelando que 86,36% deles já haviam sido reprovados, e que 35,23% tinham perdido 3 anos ou mais de estudo.

Gráfico 7 – Frequência de reprovação dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

A estupefação causada pelas múltiplas reprovações é um sentimento praticamente inevitável; no entanto, deve ser criteriosamente apartado de tendências classificatórias que sumariamente enquadrem os jovens como maus alunos, cuja repetência é uma decorrência quase natural. Embora essencial, essa distinção não é tão clara para o senso comum. Ao tomar conhecimento desses índices, muitos os compararão intuitivamente com seu próprio desempenho escolar e não raros serão aqueles que exclamarão “como são burros!” ou “eles não querem nada com o estudo!”.

Ao preterir a compreensão dos motivos que levam o aluno a obter resultados ruins e a apresentar um comportamento não condizente por um conjunto de práticas culpabilizadoras, que impingem a ele estereótipos como indolente, irresponsável e inapto para o estudo, a ‘cultura da repetência’ configura-se em perfeita tradução desse distanciamento, encobrendo:

- a insuficiência do investimento público no setor de educação;
- as más condições físicas dos estabelecimentos de ensino, seu reduzido número ante a demanda, e sua má localização;

- a necessidade de melhorias na formação e capacitação dos professores;
- a baixa remuneração dos profissionais de educação;
- o descaso com os alunos portadores de deficiência de aprendizagem, visual ou auditiva;
- a rarefação de bibliotecas e laboratórios;
- a precária utilização de recursos pedagógicos e audiovisuais que possam apoiar o aluno com mau desempenho.

Sem pretender adular os jovens ou encontrar justificativas que invariavelmente relevem seus comportamentos mais problemáticos, há que se reclamar que procedendo dessa maneira, a ‘escola’, em particular na Rede Pública, afasta-se cada vez mais da realidade de seus alunos, reduzindo com isso seu papel de polo atrativo, suas potencialidades educacionais e a capacidade de exercer influências positivas.

Dos 37 jovens que haviam deixado de estudar, vários expuseram essa inadequação, revelando situações que podiam ter sido plenamente contornadas:

*“Saí porque fui reprovado e acabei desistindo aos 11 anos. Retomei de novo a noite, mas estava ficando puxado porque trabalhava de dia, ficava no maior sol e à noite estava exausto”; “O colégio era longe e não estava mais a fim de estudar”; “Eu não queria ser transferido”; “Não gosto de estudar. É ruim!”; “Fui expulso aos 11 anos porque empurrei um garoto da escada e ele tinha cuspidor em mim”; “Não gostava da professora”; “Saí porque repeti o ano”; “Não gosto de estudar. Já fui para escola umas duas vezes e não consigo aprender nada”; “Eu não gosto de estudar. Quem gosta?”*

É na escola que o aluno passa a maior parte do dia. Lá ele relaciona-se com colegas, namoradas, desafetos, serventes, diretores e professores, reproduzindo, em maior ou menor escala, suas formas de expressão, demandas e problemas cotidianos. Se os profissionais e responsáveis pela rede de ensino entenderem que a escola é uma realidade à parte, decantada do que seria o ‘resto da vida’, eles estarão abdicando da oportunidade de transmitir conhecimento, carinho, compreensão e apoio, que, em muitos casos, são vitais para que determinadas atitudes não seja tomadas, conforme descreve um técnico do Sistema Aplicado de Proteção:

*“Eu tomo umas atitudes aqui e o pessoal diz assim: ‘você passou a mão’. Não! Eu não passei não! Eu estou compreendendo. Há uma grande diferença de você aceitar e de você compreender. Porque quando você compreende, está entendendo porque aquele garoto está agindo daquela maneira. Se você trabalha com esse menino, você procura compreender. Não aceitar aquilo que ele faz, mas compreender esse menino no dia a dia e lidar com ele como ser humano que precisa de você, que a auto-estima deles é baixíssima e você precisa despertar valores nele.”*

Por que esse tratamento não pode ser praxe já na escola? Não que deva haver sobreposição de atribuições originalmente destinadas ao sistema socioeducativo ou a substituição do papel da família. O que se postula é que os responsáveis e profissionais da Rede Pública de Ensino (federal, estadual e municipal) assumam suas responsabilidades sociais, transformando a escola em um instrumento de intervenção, prevenção e conseqüente melhoria da qualidade de vida. Provavelmente os Executivos estadual e municipal não tenham nenhum instrumento social tão eficaz quanto esse e que, além de tudo, propiciará também a redução de gastos posteriores com internações, medidas repressivas e programas compensatórios.

Potencializando os problemas enfrentados na escola, sobrevêm não só a necessidade de o jovem ganhar dinheiro e contribuir com a renda familiar, como também as ligações com as drogas e o tráfico, que acabam por solapar as expectativas que ainda se mantinham:

*“Queria trabalhar: Estava fazendo biscate aqui e ali”; “Eu queria arrumar um serviço”; “Tinha de trabalhar e ter o meu dinheiro para dar a minha avó”; “Minha mãe precisou de mim para eu tomar conta dos meus irmãos”; “Saí porque entrei para o tráfico”; “Saí por causa do envolvimento com drogas”; “foi por causa das drogas e eu fui para o tráfico e lá a gente não pode estudar.”*

Comparando-se a quantidade de jovens que já havia exercido alguma atividade laboral com a dos que não estudava – 81 contra 37 – verifica-se que, a despeito dos reveses e das dificuldades sociais e pessoais, muitos jovens não debandaram simplesmente da escola, persistindo e procurando conjugar ‘educação’ com ‘trabalho’,

*“porque sem o estudo a gente não consegue nada na vida”; “porque sou obrigado, senão não serei nada na vida”; “se eu não estudar não vou ter nada na vida quando crescer”; “quero ter um futuro. Arrumar um pé-de-meia e se tiver estudo pode facilitar”; “é um diploma a mais”; “para melhorar a mente e aprender mais alguma coisa”; “porque distrai a mente e eu me sinto melhor; faço amizades e namoro de vez em quando”; “para poder escrever minhas coisas”; “vai fazer falta”; “para ir em frente. Minha mãe ajuda pouco. Tenho que tentar”; “tem que ter um objetivo na vida”; “para aperfeiçoar meus estudos e me comportar junto às outras pessoas”; “se eu não for alguém pelo menos eu vou ser inteligente.”*

A transcrição das mais de 100 atividades já exercidas por aqueles 81 jovens demonstra com clareza que, ao inserir-se precocemente no mercado de trabalho – 25 (30,86%) o fizeram entre os 7 e 12 anos, o que é expressamente proibido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e pelo ECA –, eles são destratados como mão-de-obra abundante, desqualificada, barata e descartável, cabendo-lhes,

quando conseguem vaga, funções subalternas, malremuneradas e praticamente desprovidas de possibilidades de ascensão.

Em razão da multiplicidade e da variabilidade das atividades, optou-se por condensá-las em cinco grandes grupos, visando a conferir-lhes melhor visibilidade, delinear os segmentos de mercado que absorvem os jovens e permitir sua posterior decomposição e análise de acordo com o enfoque a ser dado. Observe-se, ainda, que os números entre parênteses indicam quantos exerciam determinada atividade.

- Grupo 1: Atividades Braçais que Envolvem Grande Esforço Físico – ajudante de obra (8); ajudante de pedreiro (5).
- Grupo 2: Atividades Braçais que Envolvem Esforço Físico – ajudante de oficina (6); ajudante de mecânica (4); ajudante de pintura de carro (2); borracheiro (2); lanterneiro (1); lava a jato (1); limpeza em loja de móveis (1).
- Grupo 3: Atividades no Setor de Comércio – balconista de bar/lanchonete/pastelaria/padaria (7); *office boy* (5); marrequinho da Sendas (3); empacotador de supermercado (2); ajudante de sacolão (2); ajudante de gráfica (2); entregador de farmácia (2); entregador de quentinhas/marmitas (2); ajudante de cozinha (2); reciclagem (1); auxiliar de depósito de bebidas (1); salgadeiro em casa de quentinhas (1); casa de relógios antigos (1); ajudante estamperia (1); ajudante de serviços gerais de supermercado (1); auxiliar de caixa da Sendas (1); trabalhador em abatedouro (1); ajudante de marceneiro (1); matava galinha em aviário (1); entregador de depósito de bebidas (1); servente (1); trabalhador em *flipper* (1).
- Grupo 4: Atividades Domésticas – doméstica (3); limpador de casa de cachorro (1); cortador de grama em casa de madame (1); jardineiro (1); limpador de jardim (1); babá (1).
- Grupo 5: Atividades Realizadas na Rua – camelô (2); biscate (2); engraxate (2); divulgador de curso (1); chaveiro (1); distribuidor de papelzinho em Madureira (1); entregador de folhetos (1); vendedor de cuscuz na praia (1); vendedor de doces no sinal (1); vendedor de cachorro-quente (1); vendedor de camarão na praia (1); ajudante de feirante (1); guardador de carro/flanelinha (1).

A reduzida formação escolar e as poucas possibilidades de ascensão que essas atividades proporcionam incentivaram 37 jovens a freqüentar cursos profissionalizantes, os quais pudessem fornecer-lhes capacitação e qualificação mais adequada e, conseqüentemente, melhores chances para o sucesso no mercado de trabalho. Afinal, esse é o procedimento indicado como ideal e necessário pela maioria dos técnicos que analisa a situação dos trabalhadores do País, tornando-se pauta de reivindicação de determinados sindicatos.

Cedo eles perceberam que disposição e vontade não lhes bastariam, uma vez que a maioria dos cursos de maior prestígio no mercado, como os do Sistema S, exigem como pré-requisito o ensino fundamental completo, alijando-os de antemão. Em contrapartida, os cursos ministrados pelas ONGs que atendem ao segmento infante-juvenil e aceitam aqueles que possuem um reduzido histórico escolar, dificilmente são reconhecidos pelos empregadores. Complicando ainda mais a situação, vêm à tona os preconceitos contra aqueles que tenham passado pelo sistema socioeducativo: *“Meus principais problemas são a perseguição da autoridade e o descaso da sociedade. Quem passou por uma delegacia e foi autuado não consegue ter uma oportunidade, demonstrar que aquilo foi uma fraqueza e que agora não faz nada e que quer trabalhar”*.

Dentre os 37 jovens que haviam freqüentado cursos profissionalizantes, 22 declararam realizar alguma atividade laboral quando foram apreendidos. No Quadro 2 transparece que os conteúdos incorporados por meio desses cursos estavam sendo utilizados profissionalmente em apenas um caso – Mecânica x Oficina –, e mesmo assim por um jovem que já havia freqüentado Informática e Inglês.

Talvez não seja tão surpreendente, mas é bastante preocupante que 4 (18,2%) jovens tenham declarado que trabalham no tráfico: *“Meu pai morreu e o que minha mãe recebia não dava. Resolvi sair de casa e trabalhar no tráfico”*; *“É um trabalho como outro qualquer. Tem horário, função e salário”*. Considerando-se os 46 jovens que realizavam atividades laborais quando foram apreendidos, o número eleva-se para 10, equivalendo a 21,75% desse total!

Quadro 2 – Cursos profissionalizantes realizados pelos adolescentes atendidos e atividades laborais que exerciam – Sistema Aplicado de Proteção

CURSOS PROFISSIONALIZANTES	ATIVIDADES LABORAIS
Auxiliar de carpintaria teatral	Ajudante de obra
Confeiteiro	Ajudante de pedreiro
Eletricista de automóveis	Biscate vigiando placas
Encadernação	Flanelinha
Informática	Tráfico de drogas
Informática	Camelô
Informática	Entregador de marmita
Informática	Oficina mecânica
Informática	Clube do estudante
Informática e Prática de escritório	Vigia em parque de diversão
Informática, Inglês e Mecânica	Oficina de carro
Informática, Mecânica, Lanternagem e Pintura de automóveis	Camelô
Marcenaria	Tráfico de drogas
Mecânica de automóveis	Tráfico de drogas
Mecânica de automóveis	Tráfico de drogas
<i>Officeboy</i>	<i>Flipper</i>
Refrigeração	Ajudante de obra
Reparador de eletrodoméstico	Lava a jato
Secretariado	Camelô
Serralheiro	<i>Officeboy</i>
Vídeo e Teatro	Ajudante de obra

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

Em meio ao espanto, não se pode esquecer que compreender o ‘trabalho’ como qualquer atividade que envolva a troca remunerada de esforços não é privilégio dos jovens, sendo voz corrente entre economistas, técnicos e governantes, que rejeitam críticas e contraposições, adjetivando seus autores como ‘dinossauros’, ‘populistas’ e ‘demagogos’. É lógico que não chegam ao extremo de incluir em seus cálculos e planilhas de custo as atividades ilícitas, mas não se pejam em exaltar a criação de ‘novos postos de trabalho’ para

vendedores de picolé na praia, de catadores de lixo cooperativados, microempresários de carrocinha de cachorro-quente, donas de casa quituteiras...

Os problemas da população são utilizados como arcabouço daquelas construções teóricas, enquanto o infundável espírito inventivo e de sobrevivência do cidadão comum é transformado em instrumento manipulador. Uma de suas principais repercussões é a drástica redução de horizontes imposta aos segmentos mais desfavorecidos da população. Ao discorrer sobre “qual a profissão que gostariam de ter” os jovens demonstram consciência das limitações que lhes serão impostas, elegendo ‘mecânico’ (20 indicações), ‘jogador de futebol’ (5) e ‘*office boy*’ (4) como as três atividades mais ambicionadas. Dentre as 38 citadas apenas 6 exigiam nível superior: ‘advogado’ (3); ‘médico’ (1); ‘enfermeiro’ (1); ‘psicólogo’ (1); ‘engenheiro’ (1) e ‘contador’ (1).

Dos 36 jovens que realizavam atividades laborais antes de serem apreendidos, contingente que já exclui os 10 que declararam trabalhar no tráfico de drogas:

- somente 1 tinha carteira assinada;
- 18 (50%) enfrentavam uma jornada laboral que variava de 9 a 14 horas/dia;
- 4 (11,11%) recebiam menos de um salário-mínimo, 20 (55,55%) tinham uma remuneração que variava de 1 a 2 salários mínimos e o restante ganhava por tarefa desempenhada;
- gastavam o dinheiro com despesas familiares ou com a compra de roupas para si próprio.

Pouco estudo, múltiplas reprovações, defasagem educacional, cursos profissionalizantes que não surtiram efeito, histórico de trabalho infantil, baixa remuneração, exclusão dos direitos trabalhistas, a seqüência de negativas afetando a auto-estima e o desleixo do poder público. Aspectos como estes retratam a situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social que os jovens enfrentam, reduzindo substancialmente suas expectativas de vida e abrindo caminho para que a inserção no tráfico de drogas apareça como instância mediadora de seus sonhos e potenciais.

## Convivência Familiar

Apesar de procurar enfatizar as ‘relações mãe-filho-pai’, a categoria ‘convivência familiar’ aqui referenciada tende a extrapolá-las, estendendo sua abrangência a todos aqueles com os quais os jovens conviviam em seus domicílios. Nesse esforço, é importante ressaltar que a análise dos depoimentos adquirirá



um viés prioritariamente descritivo, restringindo, propositadamente, as possibilidades de inferências e avaliações.

A justificativa de tal procedimento fundamenta-se, ética e metodologicamente, no fato de os familiares sobre os quais se discutirá não terem sido oficialmente entrevistados, tornando no mínimo precipitada qualquer alusão que postule formulações, suposições ou questionamentos de maior complexidade. Nos tópicos até aqui discutidos, essas restrições não se fizeram necessárias, uma vez que as relações analisadas não envolviam diretamente a vida de outros cidadãos. Resistindo às tentações, consideramos que mesmo as respostas mais contundentes e reveladoras não nos autorizam a desferir raciocínios ambiciosos sem correr o grave risco de legitimar os estigmas e estereótipos que tanto temos criticado.

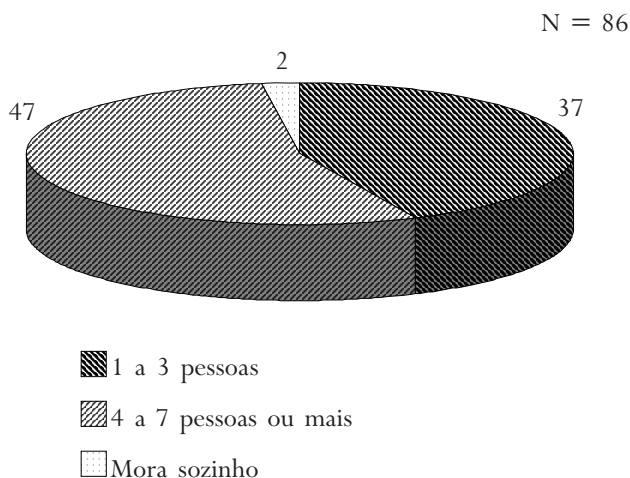
Imbuídos de tais premissas, passaremos ao largo de categorias como a de ‘desestruturação familiar’, que, apesar de ser bastante recorrente entre o senso comum, está eivada de vieses positivistas dos quais não desposamos. Poderíamos, talvez, incorporá-la de forma crítica, o que exigiria o estudo detalhado e aprofundado dos conceitos de ‘família’ e ‘estrutura familiar’, para só depois tentar trabalhar uma possível compreensão do que seria tal ‘desestruturação’, tarefa que demandaria um novo esforço.

Todo esse cuidado não significa que nos recusaremos a apontar e discutir as situações colocadas, nem que estejamos negando que a exacerbação dos problemas familiares concorrem fortemente para o aprofundamento da vulnerabilidade pessoal e social dos jovens, situação da qual os traficantes aproveitam-se fartamente. Pelo contrário: justamente por considerar o fortalecimento de tais relações como um fator imprescindível para que eles saiam do tráfico (e para que outros não entrem) é que colocamos que mais interessante do que tipificá-las com base na fala de apenas uma das partes envolvidas é procurar entender suas motivações e viabilizar formas de atenuá-las e resolvê-las.

Analisando-se os dados fornecidos pelos jovens, percebe-se que eles residem com um número consideravelmente alto de pessoas – conforme ilustra o Gráfico 8 –, dos quais apenas 21 (23,86%) vivenciam o clássico tripé familiar ‘mãe-pai-irmãos’. As composições familiares mais frequentes envolvem a presença de ‘mãe-irmão’ (13% – 14,77%), ‘mãe-padrasto-irmão’ (12% – 13,63%) e ‘mãe-avó-tio’ (8% – 9,1%), evidenciando elevado índice de separações, com a responsabilidade de cuidar dos filhos destinada ao componente feminino. Por sua vez, a presença

dos pais sem as mães é bastante discreta, ocorrendo em apenas 8 (9,1%) casos, que 4 situações envolvem madrastas, 3, os irmãos e 1, o filho do próprio jovem.

Gráfico 8 – Número de pessoas com quem residem os adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção



Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

Esses familiares compõem um contingente de pelo menos 348 pessoas, das quais a maioria possui grau de parentesco sanguíneo com os jovens – mães, irmãos (apenas 4 jovens não têm irmãos), pais, tios, avós, primos, sobrinhos e filho –, o que não invalida a presença maciça de cunhados, padrastos, madrastas e seus filhos. Se os números absolutos atingem tal magnitude, o conjunto de relações travadas entre essas pessoas é depositário de uma riqueza e complexidade incalculáveis. Ao discorrer sobre elas, os jovens emitem uma variada gama de opiniões e pontos de vista, construindo um quadro bastante peculiar e complexo, permeado por acusações, declarações de afeto, oscilações, falas reticentes e mudanças de rumo.

Em um primeiro momento, quando lhes foi inquirido “o que você acha das pessoas com quem mora?”, as respostas foram preponderantemente positivas. Apenas 5 afirmaram “*não gosto deles*” e outros 3 declararam “*não acho nada*”. Os 76 restantes desfiaram um rol de qualificativos abundantes e genericamente abonadores: “*ótimos*”, “*bons*”, “*legais*”, “*resposta*”, “*compreensivos*”, “*tranquilos*”, “*carinhosos*”, “*gente muito boa*”, “*pessoas queridas*”, “*alegres*”, “*interessantes*”, “*amigos*” e “*exemplares*”.

A satisfação homogênea e sem contestação começa a ser desmembrada a partir do momento em que as perguntas procuram esmiuçar tais relacionamentos. Motivados pelas indagações, considerável parcela dos jovens reorganiza e aprofunda suas falas, revelando pontos problemáticos e conflituosos:

*“Eu me chateio, pois eles ficam no meu pé”; “Eles são chatos. Ficam gritando o tempo todo”; “o relacionamento com meu pai é problemático”; “faz um tempão que a gente não se vê. Por isso a convivência é boa”; “meu relacionamento? Nem sei dizer. Falamos pouco e quando falamos é sobre escola, curso, o que eu ando fazendo. Minha mãe é demais! Reclama de tudo, inventa, imagina coisas e fala”; “não converso muito, não. Minha mãe fala no meu ouvido, fala que meus irmãos trabalham e eu não trabalho”; “Eu e minha mãe, a gente se dá bem e não se dá bem ao mesmo tempo. Porque ela é que cuida do meu filho. Eu sou a mãe, mas quando precisa ela tá com ele. Mas eu não consigo conversar com ela. A gente fala uma palavra boa, e o resto é tudo discussão. Ela me cobra, me culpa. Eu gosto dela. Não vou falar que eu amo, não, mas eu gosto dela.”*

Perguntados sobre o que “mais gostam de fazer junto com estes familiares”, 21 (23,86%) jovens foram incisivos em afirmar:

*“não faço nada”; “pô, não tem nada a ver”; “com a família nada”; “quando eu era criança, eu ia ao parque com minha família, mas agora não fazemos mais nada juntos”; “Não faz sentido eu responder, porque não faço nenhuma atividade com eles”; “Não faço nenhuma. Gosto de fazer as coisas sozinho.”*

Dentre os outros 67, constata-se que as atividades citadas são praticamente as mesmas, quase sempre girando em torno de situações rotineiras como “almoçar”, “fazer compras” e “assistir TV”. Em uma escala bastante inferior figuram as atividades de lazer como “praia”, “jogar dominó”, “sair para lanchar” e “soltar pipa”. Além disso, 2 destacaram que gostam de “trabalhar” e 2, de “ir para a Igreja”. De maneira emocionada, um jovem afirmou que “gosto quando todos estão juntos em paz e sem brigas”.

Indagados sobre “o que gostariam de fazer junto com os familiares e não podem”, a precária condição socioeconômica impôs-se como fator limitador em praticamente todos os relatos:

*“ver televisão é o que a gente mais gosta de fazer. A TV lá de casa queimou, era daquelas antigas. Eu não faço porque não tenho condições para consertar”; “comprar uma casa para todos ficarem juntos”; “Gostaria de viajar. Não faço porque não tenho dinheiro”; “Viajar para um lugar tranquilo fora de lá onde moro, mas não tenho verba”; “Mudar do Rio de Janeiro. Basta eles ganharem na TeleSena”; “Fazer um churrasco para todos”; “Passar o final de semana numa fazenda com piscina, churrasco, futebol e só lazer. Não tenho condições para isso”; “Ir ao parque,*

*circo, restaurante... não tenho dinheiro”; “Ir ao shopping comprar roupa com minha família pagando para mim”; “Sair para ir ao cinema, shopping, parque. Só uma vez nós fomos ao shopping”; “Eu gostaria de ir para um shopping comer pizza e tomar um chope com todo mundo. Conversar e preparar o que vai ser o dia de amanhã de todos da família: quem estuda, estudar e quem não trabalha, trabalhar.”*

Aqueles que não se referiram aos problemas financeiros expressaram seu sofrimento pelo distanciamento dos familiares:

*“Eu queria que a gente fosse mais unido”; “Dialogar, porque não existe intimidade e confiança entre nós”; “O que eu mais gostaria é unir meus pais. Eu queria mesmo é que eles voltassem a morar juntos”; “Eu queria ser uma pessoa normal com a família. Minha mãe trabalha de segunda a sexta e final de semana toma cerveja”; “Passear com meu filho. Minha ex-companheira não deixa.”*

Atendo-se ao relacionamento mãe-filho-pai, as críticas e os problemas acirram-se quando são dirigidas aos pais, em especial à sua ausência e ao abandono da família:

*“O relacionamento com meu pai é mais ou menos, porque não convivo com ele”; “Eu odeio meu pai”; “Eu não gosto do meu pai. Ele fez várias comigo, com minha mãe e meus irmãos. Se eu pudesse... eu sei lá o que faria com ele”; “Meu pai mora longe. Eu não vou lá não”; “Relacionamento com meu pai é mais ou menos, porque eu quase nunca vejo, mesmo ele morando no mesmo morro”; “Nunca tive contato com ele pessoalmente, só por telefone quando minha mãe era viva”; “Com meu pai eu não quero conversa. Ele não procura a gente”; “Não falo com meu pai. Ele não me procura e eu não procuro ele”; “Com meu pai eu nem falo. Estou morando com minha irmã porque ele voltou para casa”; “Meu pai não mora comigo. A gente quase não se vê”; “Só vi meu pai uma vez”; “Não vejo meu pai desde um ano de idade”; “Não tenho contato com meu pai, ele sumiu há sete anos”; “Não sei nada sobre meu pai. Só tenho uma foto dele e se ele estiver vivo deve ter mais ou menos 80 anos”; “Meu pai mora em Fortaleza e nem o conheço”; “Não conheço meu pai. Tá cada um pro seu lado se ele já não estiver no inferno.”*

As falas revelam a revolta e o descontentamento dos jovens para com os pais, realçando o afastamento, o aparente desinteresse e o seu desaparecimento. Baseando-se nelas, é possível engendrar uma série de questionamentos acerca das ações e atitudes masculinas perante a responsabilidade paterna, contemplando-se desde a não-preocupação com métodos contraceptivos até às motivações para a fuga e o abandono da companheira e dos filhos. No entanto, por mais tocantes e bombásticos que sejam, esses registros não permitem a proliferação de afirmações generalizantes, nem podem ser encarados como pontos terminais das relações pai-filho. Sempre haverá possibilidades de uma reaproximação e nelas deve-se depositar as atenções e os esforços:

*“Eu não gosto muito de falar com o meu pai, não. Sabe por causa de quê? O meu pai bebe cerveja, aí fica doidão. Fica querendo me encher a paciência, fala todo nervoso comigo, não respondo e ele fica querendo me bater. Ele é muito chato... Eu não fugi do CRIAM por causa do meu pai. Se não fosse por causa do meu pai, eu ia fugir mesmo. Ninguém ia ficar me batendo, não! Mas eu pensei no meu pai: não ia ficar perturbando meu pai? Aí não fugi.”*

Conseqüência direta do distanciamento paterno, a forte presença feminina é capitaneada pelas mães, apontadas por 42 (47,72%) jovens como o componente familiar mais ligado a eles:

*“Minha mãe gosta muito de mim. Deve ser porque eu sou filho dela e porque eu dou mais trabalho”; “Minha mãe me entende mais”; “Minha mãe é compreensiva”; “Minha mãe me escuta e tem paciência comigo”; “Minha mãe me dá conselhos muito bons”; “minha mãe é a única que me dá atenção”; “Minha mãe me ama. Ela gosta muito de mim. Ela fala todas aquelas coisas, mas não é para o meu mal não. É só para o meu bem”; “Gosto de conversar com minha mãe. Mesmo sendo dez minutinhos, tá bom. Ela não gosta de conversar comigo porque a gente começa logo a brigar. Ela diz para eu largar a porra da maconha, senão vai dar tudo errado na minha vida”; “Minha mãe tem um jeito que só ela sabe chegar e conversar. É o jeito de mãe”; “Todo o tempo que eu usei drogas, ela não desistiu de mim.”*

As mães e os irmãos são os familiares com que os jovens mais gostam de conversar; nesta lista, apenas 5 incluíram o pai, reforçando a idéia de relação de afastamento e pouco convívio. Os assuntos por eles discutidos, apesar de diversificados, direcionam-se para questões afetivo-sexuais (mulheres, namoro...), a preocupação com o futuro (estudo e trabalho) e as formas de lazer (futebol, bailes...), conforme observa-se no quadro a seguir.

Quadro 3 – Assuntos preferidos pelos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

ASSUNTOS	TOTAL
Relacionamento Afetivo/Sexual	22
Estudo/Trabalho	15
Família/Residência	12
Sobre si mesmo/Futuro	11
Futebol	7
Bailes/shows/Pagode	5
Passeio/Moda	5
Bens de consumo: roupa de marca, carro ...	4
Armamento/Violência/Tráfico	3
Drogas/Bebidas	3
Religião	3
Não Declarado	3
Saúde	1

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes.

Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

Preocupa bastante notar que não há nenhuma referência direta à esfera político-partidária, aos problemas sociais ou mesmo a qualquer tema ligado à coletividade. Todos os itens citados dizem respeito à vida particular em seus diferentes âmbitos (consumo, diversão e sexualidade), incluindo, no máximo, certa preocupação com as questões familiares. Um conjunto de respostas assim delineado revela, em primeira instância, a influência de uma concepção de mundo que, tendo a mídia como principal instrumento de veiculação, dissemina o apelo ao consumo, à competição, à exaltação do vitorioso e à aceitação tácita de seus padrões de beleza e comportamento egocêntrico. Mais grave ainda é perceber que essa situação gera uma apatia sociopolítica que só piora as já combalidas condições de vida desses jovens e de suas famílias, tornando-os cada vez menos preparados para lutar por seus direitos.

O resgate do relacionamento familiar, sem pseudomoralismos e com a busca da compreensão, é um dos fatores mais importantes para que um jovem saia ou não ingresse no tráfico de drogas. Na absoluta maioria dos casos, há uma anteposição ética entre ambos, que deve ser ampla e diariamente reforçada. Nesse contexto, o

fato de eles terem se envolvido com o tráfico em vez de desqualificar e recriminar a atuação de seus familiares, da mãe em especial, deve funcionar como indicativo de problemas e motivador de uma revisão de valores e práticas:

*“Meu relacionamento com minha mãe sempre foi bom, o que atrapalhava mesmo era o tráfico de drogas. Era muito sofrimento, minha mãe vivia me pedindo pra mim sair. Ai eu chegava em casa era aquela choradeira. Ai eu parei de ir para casa. Ai depois fui preso, ela foi lá me visitar. E me apoiou todo tempo também. Que essa hora que a gente precisa mais de uma mãe, né? Ela foi e me apoiou. Agora que eu saí ela tá achando bom, né? Ela tá feliz, fala pra eu não voltar mais que aquilo não é vida. Fala que o caminho não é aquele, o caminho é Jesus.”*

Concluindo esta temática, eles consideram que para se afastarem definitivamente do tráfico, seus familiares precisam:

*“Ajudar para que eu possa fazer as coisa que eu preciso”; “Continuar me compreendendo agora e depois”; “Apoiar bastante e conversar bastante, aberto, uma idéia legal, certa”; “Me dando força e conselho”; “Aconselhando a não me meter mais nesses troços que eu estava. Depois devo me virar e arrumar um trabalho”; “Não deixando eu faltar os cursos. Estando sempre ali em cima de mim para eu fazer as coisas”; “Me dar força, conselho, para eu conseguir parar de usar drogas e mudar meu comportamento e ter responsabilidade”; “Eles podiam freqüentar o grupo Naranon, que é de ajuda aos familiares de adictos. Depois eles precisam continuar me aceitando”; “Acreditar mais em mim como acreditavam antigamente”; “Apoiar não na questão de dar conselhos, e sim de me recuperar e ajudar a vencer na vida. Porque hoje em dia não tem como subir na vida sem o apoio da família.”*

## Lazer e Cultura

Ao introduzir no ‘perfil’ um tópico que se detém sobre aspectos menos conflituosos e mais prazerosos da vida dos jovens, desejávamos criar um *continuum* de descontração para eles – quando do momento da entrevista – e para o leitor mais preocupado, que a esta altura deve estar envolto e imerso nos múltiplos problemas dos quais tomou conhecimento, tentando entendê-los e resolvê-los. É bem verdade que, para eles, talvez não desponte o clima de relaxamento que os jovens experimentaram e transmitiram, pois, se os assuntos aventados são mais amenos, não deixam de revelar situações de vulnerabilidade social e pessoal.

As formas de divertimento mais freqüentemente realizadas foram “jogar futebol”; “ir a baile funk”; “freqüentar pagodes”; “soltar pipa”; “ir à praia”, “namorar” e “ficar”, atividades que não por acaso são pouco dispendiosas. Por sua vez, “ir ao shopping”, “barzinho”, “boite” e “academia”, diversões que exigem o desembolso de recursos financeiros e são rotineiras para moradores da Zona Sul, Barra e de bairros tradicionais da Zona Norte como Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e Méier,

ocupam discreto lugar na preferência deles, revelando o crescente afastamento entre jovens das classes média e alta e os das classes pauperizadas.

Ainda sobre este assunto é importante notar que “*ir à praia*”, atividade identificada pelo senso comum como inerente a todo carioca, é citada apenas por 12 jovens (13,63%), o que está diretamente relacionado aos possíveis constrangimentos impostos à população de baixa renda em sua ida a esse espaço público de lazer. Estigmatizados como arruaceiros e ‘farofeiros’, sofrem com o número reduzido de meios de transporte, as constantes e abusivas revistas policias e com as ameaças constantes dos moradores da zona litorânea em nome de uma pretensa ‘ordem’. Não se trata de alarmismo, mas da constatação que as dissimilaridades entre jovens de classes diferentes possuem aspectos delicados e conflituosos que podem encaminhar-se para a confrontação. Como exemplo, lembre-se que nos meses que precederam a inauguração da Linha Amarela – rodovia que liga os bairros da Zona Norte e subúrbios à Barra da Tijuca, conduzindo também às praias do Recreio – foram constantes as manifestações de jovens moradores da Barra (reproduzindo em grande parte o discurso de seu país) contra a vinda dos ‘*yellow*s’, que seriam ‘farofeiros’, feios, mal-educados e até mesmo delinqüentes, deixando claro que, se fosse preciso, os expulsariam à força.

No Quadro 4 estão concatenados alguns hábitos culturais dos jovens, abarcando as formas de lazer e comportamentos religioso e político que por eles foram citadas. Atendo-se às três primeiras colunas, torna-se possível elaborar uma relação escalar que permite inferir que, quanto mais custosa a atividade, menos ela é procurada. Pode-se constatar que:

- a preferência cinematográfica recai sobre filmes com temas violentos, brigas e tiroteios. Antes de qualquer conclusão apressada, é preciso lembrar que grande parte das películas exibidas no Rio de Janeiro são sobre esse tema;
- baixa ligação com igrejas, ficando nítida a disputa entre as denominações pentecostais e neopentecostais, que, juntas, somam 13 citações, e a Católica, com 12;
- apenas 4 não assistem à televisão, e a maioria prefere filmes e novelas. Surpreendentemente são baixos os índices de audiência do futebol e dos esportes em geral;
- a prática de esportes, realizada pelo aprendizado de algum tipo de luta, foi relatada por 35 jovens (39,77%), dos quais alguns praticaram mais de um tipo de luta;
- o afastamento das questões político-partidárias e político-institucionais;
- apesar de 43 deles estarem inclusos na faixa etária em que o voto é obrigatório e 40 na que ele é facultativo, somente 5 afirmam ter participado em eleições.



Quadro 4 – Hábitos dos adolescentes atendidos – Sistema Aplicado de Proteção

CINEMA	RELIGIÃO	TV	LUTA	PARTIDO POLÍTICO
Vou: 57	Tenho: 41	Assisto: 83	Fiz: 35	Gosto: 13
Não vou: 24	Não tenho: 45	Não assisto: 4	Não fiz: 53	Não gosto: 74
Nunca fui: 5	Não declarado: 2	Não	<i>Qual?</i>	Não
Não declarado: 2	<i>Qual?</i>	declarado: 1	Capoeira: 18	declarado: 1
<i>A que assiste?</i>	Católica: 12	<i>A que assiste?</i>	Jiu-Jítsu: 7	<i>Qual?</i>
Ação: 24	Acredito em	Filmes: 31	Karatê: 5	Garotinho: 4
Comédia: 9	Deus: 7	Novelas: 25	Boxe	PDT: 3
Romance: 9	Cristão: 5	Desenhos: 15	Tailandês: 3	Brizola: 2
Terror: 8	Assembleia de	Reportagem:	Judô: 2	Enéas: 2
“Qualquer filme”: 4	Deus: 3	7	Tae Kwon Do:	PT: 1
Artes marciais: 3	Universal: 3	Jornal: 7	2	PV: 1
Guerra: 2	Evangélica: 3	Futebol: 6	Luta Livre: 1	<i>Voto</i>
Ficção: 2	Candomblé: 2	Esporte: 4	Boxe: 1	Já votei: 5
Violência: 2	Batista: 1	Sessão da	Kung Fu: 1	Não votei: 83
“Titanic”: 2	Umbandista: 1	Tarde: 3	Full Contact:	
“Orfeu”: 2	Deus é Amor: 1	Fantástico: 2	1	
“Dos <i>bad boy</i> ”: 1	Protestante: 1	Outros: 1		
“Qualquer um que tenha briga”: 1	Vou à igreja de vez em quando: 1			
“Van Dame”: 1	Fui batizado no sábado (17/07/99): 1			
“Silvester Stalonne”: 1				
“Filmes de sexta-feira no canal 7”: 1				
“A Noiva de Chuck”: 1				
“Batman”: 1				
Policial: 1				
Suspense: 1				
Aventura: 1				
Drama: 1				
“Uma Linda Mulher”: 1				
“O Rei Leão”: 1				
“Última Chance”: 1				
Desenho: 1				

Fonte: Instrumento de Pesquisa Perfil dos Adolescentes. Equipe de Avaliação DCS/ENSP/FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1999.

Conhecidas as características mais marcantes desses jovens, passa-se, no próximo capítulo, à descrição e à análise de como era o seu dia-a-dia enquanto faziam parte do tráfico de drogas.